



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DA BARQUINHA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Nº01/2014

----ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DA BARQUINHA, REALIZADA EM SESSÃO ORDINÁRIA, AOS VINTE E OITO DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E CATORZE. -----

-----Aos vinte e oito dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e catorze, pelas vinte e uma hora reuniram, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Nova da Barquinha, sob a presidência do Senhor Rui Monteiro Picciochi, tendo como primeiro secretário o Senhor João Manuel Alves Gralha e segundo secretário o Senhor Inocêncio Rodrigues Cruz, convocada nos termos do nº1, do artigo 27º, da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro, conforme anúncio público afixado por Edital, dezassete de Fevereiro de dois mil e catorze, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----Ponto um - Expediente, informações e aprovação da ata; -----

-----Ponto dois - Informação escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara ao abrigo da alínea c), do nº2, do artº 25º, da lei nº75/2013, de 12 de Setembro; -----

-----Ponto três - Informação sobre procedimento concursal para recrutamento de cargos dirigentes; -----

-----Ponto quatro - Infraestruturas de elevado valor acrescentado - sector rodoviário - Ponte da Praia do Ribatejo; -----

-----Ponto cinco - Infraestruturas de elevado valor acrescentado - sector



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aeroportuário – Ex-BA3, em Tancos; -----
Ponto seis – Relatório de Monotorização das ARU (área de reabilitação urbana) da Barquinha e Tancos; -----
----Ponto sete – Delimitação da área de reabilitação urbana de Moita do Norte; -----
----Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes deputados da Assembleia Municipal, Senhores. -----
-----Rui Monteiro Picciochi; -----
-----João Manuel Alves Gralha; -----
-----Paulo Fernando da Graça Constantino; -----
-----José Maria Chambel Esteves; -----
-----José Pereira de Sousa; -----
-----César Augusto da Silva Barros Cardigos; -----
-----Inocência Rodrigues Cruz; -----
-----Manuel Maria Pequito Cardoso; -----
-----Vitorino Gomes Monteiro; -----
-----João Fernando Mexia Machado; -----
-----Manuel Maria Ferreira Honório; -----
-----José Miguel Baptista Homem; -----
-----Benjamim dos Santos Abalada Reis; -----
-----Nuno Miguel Reis Marques Sousa Gomes; -----
-----Anabela Pereira Cardoso Queiroz; -----
-----Eduardo Cristóvão Gil de Oliveira; -----
-----Paula Alexandra Vieira Duarte; -----
-----David Valente Antunes; -----
-----Manuel de Oliveira; -----
---Nos termos do art.º 48º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, esteve presente o Senhor Presidente da Câmara, Fernando Manuel dos Santos Freire, os

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Senhores Vereadores Rui Constantino Martins, Ricardo Manuel Ramalhete Honório, Rosa Maria Claudino Fernandes Garrett e Luís Manuel dos Santos Valente. -----

Após confirmar a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão. -----

O Senhor Presidente da Assembleia solicitou um minuto de silêncio pelo falecimento da Senhora Engenheira Margarida Veríssimo, funcionária do Município; -----

----- APROVAÇÃO DA ACTA -----

----O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu à apreciação a ata número cinco, da reunião de vinte de Dezembro de dois mil e treze, cujo texto foi previamente distribuído a todos os membros deste órgão deliberativo. -----

O Senhor Deputado David Antunes solicitou que quando fosse as suas intervenções estivesse mencionado David Antunes e não David Valente, por se tratar do primeiro e último nome.-----

----- **Não havendo intervenções por parte dos Senhores Deputados, foi submetida à votação o projeto de ata número cinco, da reunião realizada a vinte de Dezembro de dois mil e treze, a qual foi aprovada por unanimidade, com dezanove votos a favor dos Senhores Deputados Manuel de Oliveira do CDS, Paula Duarte, David Antunes da CDU, Anabela Queiroz, Eduardo de Oliveira, Nuno Gomes do PPD/PSD, e Rui Monteiro Picciochi, João Gralha, Inocêncio Cruz, Paulo Constantino, José Chambel, Vitorino Monteiro, José Sousa, César Barros, Manuel Cardoso, João Machado, Benjamim Reis, Manuel Honório, Miguel Homem do PS. --**

----- EXPEDIENTE ----- (Vide anexo 1)

Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia para dar conhecimento de algum expediente recebido, que passou a ler: -----

- Mail da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP) a dar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

conhecimento do início de funções do novo Secretário-geral. -----

- Da Câmara Municipal do Sardoal uma Moção sobre a implementação do novo Mapa Judiciário. -----

- Da Câmara Municipal de Alcanena uma Moção sobre a transferência hospitalar de um utente do SNS. -----

- Da Câmara Municipal de Elvas uma Moção em defesa dos Doentes Oncológicos. -----

- Do Partido Comunista Português, projeto de Resolução referente ao reforço dos meios para funcionamento e manutenção da atividade e dos serviços das Assembleias Distritais. -----

Sobre este assunto o Senhor Presidente referiu que é um problema que não se sabe como resolver, não há meios e praticamente não funcionam a nível nacional. Nós temos um problema que é a Colónia Balnear da Nazaré, edifício em mau estado e sem meios para a sua reabilitação. ----

- Informo ainda que no dia cinco de Fevereiro realizou-se uma reunião da ACES, com várias representações, entre os quais o Conselho da Comunidade, a Diretora Executiva, o Presidente do Conselho Clínico e de Saúde, do Perfil de Saúde do Médio Tejo e fez o ponto de situação dos cuidados primários de saúde do mesmo. Esta reunião foi muito interessante porque fizeram o levantamento da nossa área e contrariamente ao que pensamos, não estamos tão mal quanto isso, porque em termos de saúde pública a nível nacional, o Médio Tejo está acima da média nacional e até da Comunidade Europeia. Em termos de mortes, as causas assentam essencialmente em três pontos: a próstata, a diabetes e os aparelhos circulatórios. -----

---- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

Após as inscrições para o período antes da ordem do dia, registaram-se as seguintes intervenções por parte dos Senhores Deputados da Assembleia Municipal: -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= **Intervenção do Senhor Deputado David Antunes** – Leu uma intervenção cujo tema é “Trapaceiros”. – **(Vide anexo 2)** -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira – Ata** -“Boa noite a todos. Após consultar o site da Câmara constatei que a última ata publicada é de oito de Janeiro de dois mil e catorze. Em relação as atas que consultei e sendo a nossa função fiscalizar a atividade da câmara questiono o seguinte: -----

=**Cemitério** - Há anos atrás foi executado o alargamento do Cemitério Municipal, do qual verifica-se que o espaço começa a estar cada vez mais ocupado. Verifiquei também que se está a proceder à venda de covais. Estará esta venda de acordo com o que é regulamentado? -----

= **Água** - Em relação ao aumento da fatura do serviço de água, quando hoje em dia todos sofrem com os aumentos, sempre esperei que a nossa Câmara não procedesse a qualquer aumento do preço; -----

= **Área Comercial** - Qual a situação real de uma informação prévia de construção civil com uma área comercial e um posto de abastecimento;

= **Imóvel** - Relativamente à aquisição de um imóvel de 270m² à Casa Agrícola Luís Picciochi, quanto se pagou pelo referido imóvel; -----

= **Ribeira das Limeiras** - Gostaria de saber se está algum trabalho previsto para a ribeira das Limeiras; -----

= **ADIRN** - como sabem esta foi criada em mil novecentos e noventa e um por várias entidades (dezanove) das quais seis eram Câmaras Municipais. Há dias soube que o Entroncamento também queria participar e que teria feito o seu pedido para participar nas atividades da ADIRN. Foi levantada a questão da dívida que a ADIRN têm e se os mesmos eram responsáveis, daí, questiono quais os custos da Câmara com a participação na ADIRN?”. -----

-= **Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes** – “Boa noite. Em relação à estrada nacional 110, atualmente Rua Patriarca D. José, tem

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

vindo a ter o seu tráfego aumentado devido à fuga da A23. Gostava de saber se está prevista alguma intervenção, se é incumbência da Câmara ou das Estradas de Portugal, a colocação de bandas sonoras ou passadeiras sobrelevadas ou até mesmo semáforos de limite de velocidade.” -----

= **Intervenção da Senhora Deputada Paula Duarte** – Leu uma intervenção sobre a alteração do horário de trabalho na função pública. **(Vide anexo 3)** -----

= **Intervenção do Senhor Deputado César Cardigos** – “Boa noite, no exercício das funções de Deputado tenho semanalmente tentado visitar todo o concelho. É com agrado que se vê que aquele slogan que foi campanha do Partido Socialista “uma mudança tranquila”, está de fato a ser, daí a minha recomendação para o executivo, que não faça só a mudança tranquila, mas que faça todo o percurso.” -----

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara esclareceu os Senhores Deputados do seguinte: -----

“Boa noite a todos; -----

- **Cemitério Municipal** – A venda da campa foi a título excepcional, como constava na fundamentação. Na parte nova do cemitério, não haverá venda de campas, a que se vendeu foi na parte antiga; -----

- **Aumento da faturação da água** – É um aumento que deriva da taxa de inflação de 0,8%. Se o Governo, a Administração Central nos corta recursos, não sei quem governará esta câmara se não se fizer as atualizações em conformidade; -----

- **Área Comercial** – É verdade, neste momento está a ser estudada. Já reuni com os empresários e será implantada uma área comercial na zona poente da entrada de Vila Nova da Barquinha. -----

- **Aquisição de Terreno Casa Luís Picciochi** – É um processo que se arrastava e que decidi ultrapassar. Tem a ver com a construção da

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estrada que dá acesso ao Cardal e que ocupou parte de uma propriedade. No fundo é o pagamento por ocupação de espaço público do alargamento da estrada. Relativamente ao valor do imóvel farei chegar a respectiva deliberação. -----

- **Ribeira das Limeiras** – Que tenha conhecimento não se procedeu a nenhuma limpeza. -----

- **ADIRN** – Quanto à questão da ADIRN e da quotização, está mencionado no orçamento. Relativamente à adesão do Entroncamento na ADIRN, sei que foi deliberado em executivo municipal e o que tenho conhecimento como membro da Administração da ADIRN é que ainda não chegou o pedido à própria instituição para a sua adesão. -----

- **Rua Patriarca D. José** – Esta estrada é da responsabilidade das Estradas de Portugal, tive o cuidado de há quinze dias, e posso facultar o fax, em demonstrei a enorme preocupação por acidentes que possam ali ocorrer. Até este momento, estou à espera de uma resposta, mas mais à frente iremos falar sobre outra temática, pois eu e a Presidente da Câmara de Constância pedimos uma reunião às Estradas de Portugal, e da qual estamos a aguardar resposta, onde entre outros assuntos, este será um deles a debater. -----

- **Horário de Trabalho** – Quanto à recomendação da Deputada Paula Duarte irá ser estudada em conformidade.” -----

----Ponto dois – Informação escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara ao abrigo da alínea c) do n.º2, do art.º 25º, da Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro. -----

Foi concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar a informação da atividade municipal ao abrigo da alínea c), do número dois, do artigo vinte e cinco, da Lei número setenta e cinco de doze de Setembro de dois mil e treze. – **(vide anexo 4)** -----

Foi concedida a palavra aos Senhores Deputados a fim de solicitar

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

os seguintes esclarecimentos: -----

= Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira -----

= Vale Seixo - “No PPI, na página três, têm para a reabilitação da Estrada do Vale Seixo, quarenta mil euros. Esta é uma situação que se arrasta há anos e a estrada não está concluída. Ainda ontem lá passei e confirmo. Gostava de saber o que impede a conclusão dos trabalhos. ---

= Parque Ribeirinho - Na página dois do PPI, está uma verba de sete mil e quinhentos euros, questiono se esta verba é destinada à recuperação dos equipamentos do parque ribeirinho, nomeadamente os equipamentos infantis que se encontram com aspeto menos bom. -----

= ADIRN - No PAM, na página quatro, em relação à ADIRN, a verba é de cinquenta e oito mil euros como podemos verificar. Há pouco fiquei aparentemente bem esclarecido, mas continuo com algumas dúvidas se o valor da dívida da ADIRN é volumoso ou não. -----

= Processos Judiciais - no Processo Judicial número um julgava-se que estava terminado, mas agora verificamos que continua na listagem dos processos pendentes e até com uma anotação posterior. -----

= Rua Luís de Camões - Qual a posição da Câmara em relação ao troço de estrada na Rua Luís de Camões entre o cruzamento da Rua da Paz até à entrada da Freguesia da Atalaia.” -----

= Intervenção da Senhora Deputada Paula Duarte. -----

= Processos Judiciais - “Em relação aos processos judiciais duas questões muito breves: -----

Processo Judicial número três na página quatro, gostaria de saber qual é a ribeira em questão e que descargas foram feitas. -----

- No processo vinte, em que o requerente é o Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e no seguimento da minha primeira intervenção, gostaria de saber em que ponto estão as negociações com este sindicato, tendo em conta que eles propõem o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

retorno às trinta e cinco horas semanais.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes.** -----

= **Parque Ribeirinho** - “Em relação às cancelas do parque de esculturas do Almourol, gostaria de saber qual vai ser o horário, e se já está definido quem vai abrir e fechar as cancelas, e se vai ser algum funcionário da Câmara ou não. -----

= **Plano Barquinha 2020** - Em relação ao Plano Barquinha 2020, gostaria de ser esclarecido de quantos funcionários é que este serviço vai ter, são técnicos de que área e se são da Câmara.” -----

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, esclareceu os Senhores Deputados do seguinte: -----

= **Estrada do Vale Seixo** – “O Senhor Deputado Eduardo sabe tão bem como eu o que se passa. Com o que o país está a passar não se pode concluir uma obra se o financiamento não for atribuído. A obra tinha de ser concluída até final da aprovação, é o que se verificou agora. Neste momento, o que falta é a pintura na estrada, o resto está concluído. Os quarenta mil euros já foram faturados, era um compromisso para o financiamento e que tinha de ser feito até trinta e um de Dezembro. -----

= **Equipamento Infantil** – Acredito que possa ter razão, mas os sete mil e quinhentos euros não são para equipamentos infantis. -----

= **ADIRN** – As questões têm de ser transparentes e como deputado faça-lhe chegar os dados da ADIRN. Os cinquenta e oito mil euros são de contas anteriores em dívida à ADIRN. Acho que deve ser feito um plano para este ano. -----

Processo um – O processo findou, há um despacho de declaração do Senhor Magistrado no sentido de definir a taxa de juro, daí estar ainda na listagem dos processos. -----

Rua Luís de Camões / Rua da Paz – O problema que se levantou e que na altura foi preocupante, foi a falta de água na Freguesia da Atalaia.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Na sequência dessa intervenção tivemos de passar todo o abastecimento de água pelo lado nascente e neste momento estamos a aguardar que a empresa Águas do Centro, responsável pela obra, faça o seu arranjo. --

Processo três – É um processo já muito antigo e recorrente aqui na assembleia. É na Praia do Ribatejo. A construção da Etar na Praia do Ribatejo vai ultrapassar este problema das descargas de saneamento para a ribeira. -----

Processo vinte – Diz respeito ao horário de trabalho de trinta e cinco horas semanais. Neste momento recebemos os sindicatos e estamos em negociações. -----

Cancelas no Parque de Esculturas – O Horário é dividido em dois: um das oito às vinte e três horas, no período de Inverno, e outro das oito à uma da manhã no período de verão. -----

Barquinha dois mil e vinte – Os trabalhadores afetos a este projeto são dois, um do Município, Marina Honório e outro, o trabalhador do Centro de Negócios, Nuno Gameiro.” -----

Neste momento o senhor Presidente das Assembleia Municipal propôs um intervalo de dez minutos. -----

-----Ponto três – Informação sobre procedimento concursal para recrutamento de cargos dirigentes (nº1, artigo 13º, da Lei nº49/2012, de 29 de Agosto). -----

-----Foi concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar o ponto três: -----

“O Senhor **Presidente da Câmara** informou que na sequência da última assembleia colocou-se a possibilidade de abrir um concurso de dois lugares para chefes de divisão e que fosse constituído um júri completamente independente, e entendeu-se que seria o Centro de Estudos Formação Autárquica, a entidade competente para nomear o respectivo júri. O Concurso foi para conhecimento dos Senhores

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deputados bem como o preço unitário que o Centro de formação levaria pelas entrevistas e pela avaliação curricular de cada candidato. Face ao valor significativo do preço praticado, alguns deputados suscitaram a questão de termos um limite que colocaria em causa a questão orçamental da Câmara. Remeti ao CEFA o seguinte mail: «realizada a Assembleia Municipal, e no cumprimento do estipulado no nº1, do art. 13º, da Lei 49/2012, de 29 de Agosto, foi deliberado, dar início ao procedimento concursal, com a constituição do júri indicado, com uma ressalva, de o número de candidatos não ultrapassar as duas dezenas. Assim, vamos elaborar o aviso de abertura, com a constituição do júri indicado pela CEFA para vossa aprovação. Se o número de candidatos for inferior a vinte, nos dois concursos para chefes de divisão, iniciaremos procedimento de ajuste direto nos termos do art. 20º do CCP.» Nesta sequência, estive a falar com o representante do CEFA e eles concordaram. O aviso de abertura está a ser feito, eles vão ratificar este aviso de abertura, vamos esperar as candidaturas. -----
Se forem inferior a vinte é o júri que faz parte da proposta apresentada na última assembleia, do qual já têm conhecimento; se for superior a vinte candidatos, tem que ser pelos nossos meios, nomeadamente com a colaboração das autarquias vizinhas para formarem um júri para o concurso.» -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal tomou da palavra para referir que este ponto foi para complementar a decisão já tomada na anterior assembleia por conseguinte não tem discussão.

Ponto quatro – Infraestruturas de elevado valor acrescentado – sector rodoviário – Ponte da Praia do Ribatejo. -----

Foi concedida a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o ponto quatro: -----

“Como tem sido público e notório no quadro dos fundos comunitários,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

há um grupo de trabalho constituído, cujo presidente é o Senhor José Eduardo Carvalho, presidente da confederação de indústria portuguesa, em que propõe vários projetos, antigos, de interesse nacional, Infra-estruturas de elevado valor acrescentado. No que ao nosso território diz respeito importa a ponte da Praia do Ribatejo que devemos abordar e que é preocupante. Uma infraestruturas, - se essa for a opção, - (pois estamos a falar de projetos), no sentido de abrir a mercadorias a Ponte da Praia do Ribatejo. -----

A Câmara Municipal não tem nada contra essa abertura. A conservação da Ponte é da responsabilidade da Câmara de Constância e Vila Nova da Barquinha. Se temos uma ponte nas condições objetivas em que ela está, segundo apreciação técnica, de durabilidade de cinquenta anos, mas se ela passar à abertura a pesados, provavelmente a durabilidade será menor e a possibilidade de lesões na própria estrutura será significativa. -----

Solicitamos uma reunião com carácter urgente ao Senhor Presidente das Estradas de Portugal a fim de abordar este assunto, a Ponte da Praia do Ribatejo. O ofício é assinado pelos dois presidentes, Vila Nova da Barquinha e Constância, no sentido de relevar e sensibilizar o Governo e as Estradas de Portugal, que esta situação, a verificar-se, não será possível e relevar que esta ponte liga duas estradas nacionais e se assim é, tem de ser também da responsabilidade da Administração Central.” -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal leu a proposta do Partido Socialista. (vide anexo 5) -----

Posta a votação a sua admissibilidade, foi aprovada por maioria com duas abstenções dos Senhores Deputados David Antunes e Paula Duarte da CDU. -----

Para intervir sobre este ponto inscreveu-se o Senhor Deputado

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

David Antunes. -----

= Intervenção do Senhor Deputado David Antunes – “Segundo aquilo que consegui deduzir pela leitura da documentação, a passagem da estrutura para as Estradas de Portugal, é um assunto em que estamos todos de acordo. Em relação à passagem de pesados na ponte, aí surgem dúvidas, porque a ponte esteve fechada, levou as devidas reparações e ficou limitada ao tráfego, só em casos excepcionais, como autocarros, Bombeiros é que passavam. A minha preocupação é o tráfego não ser limitado.” -----

Tendo sido colocada à votação as infra estruturas de elevado valor acrescentado – sector rodoviário – Ponte da Praia do Ribatejo, esta foi aprovada por unanimidade com 19 votos a favor, dos Senhores Deputados Paula Duarte e David Antunes da CDU, Eduardo de Oliveira, Nuno Gomes e Anabela Queiroz do PPD/PSD, Manuel de Oliveira do CDS e Rui Monteiro Picciochi, João Alves Gralha, Paulo Constantino, José Chambel, José Pereira de Sousa, César Barros Cardigos, Inocêncio Cruz, Manuel Cardoso, Vitorino Monteiro, Benjamim Reis, João Fernando Machado, Miguel Homem e Manuel Honório do PS. -----

-----Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

-----Ponto cinco – Infra estruturas de elevado valor acrescentado – sector aeroportuário – ex-BA3, em Tancos. -----

Foi concedida a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o seguinte ponto: -----

“Tem a ver com a infraestrutura de valor acrescentado – setor aeroportuário – Ex BA3 em Tancos. No respetivo relatório verificamos que no sector aeroportuário, o diagnóstico e constrangimentos foram identificados e levantado algumas hipóteses, nomeadamente na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

possibilidade de partilhar atividade civil com aeródromos militares. Eu acho que pela sua localização, pela elevada densidade populacional que existe nomeadamente no Médio Tejo, quer nas cidades de Torres Novas, Tomar, Ourém, Entroncamento, Abrantes, há também a existência de um suporte rodoviário significativo da A13 e da A23 e até o próprio acesso fácil que se poderá fazer da base área 3 à A23. A existência de plataformas logísticas na zona dos Riachos, a proximidade de estações ferroviárias, e é muito importante que se diga que neste projeto de valor acrescentado, o grande bolo vem para a ferrovia, ou seja, há uma aposta por parte da Administração Central. -----

A distância relativa entre Tancos e Tomar, o Convento de Cristo, Fátima, com o turismo religioso, Dornes, com a sua Torre, o Castelo de Almourol, monumento dos templários e uma existência de um tecido empresarial significativo, -nomeadamente no Tramagal, a Mitsubishi -, assim como noutras regiões do Médio Tejo, em que há alguma exposição na indústria têxtil, nos curtumes e a exploração florestal. -----

Eu, queria colocar à consideração desta Assembleia uma reflexão sobre esta temática e acho que é a altura ideal e estamos a falar em projetos, de colocar este assunto em cima da mesa. Estamos interessados ou não, há vantagens ou não, na criação do aeroporto de mercadorias e civil que é fundamental para o nosso território e também para o desenvolvimento do interior. Eu sei que estas questões têm de ser muito bem ponderadas, até porque temos um exemplo negativo, o aeroporto de Beja, mas devemos pensar e informo que a Comunidade Intermunicipal do Medio Tejo tem uma posição favorável sobre esta temática e vai torná-la público. É importante que antes da Comunidade Intermunicipal tomar uma posição, fossem ouvidos os deputados da Assembleia Municipal sobre a importância estratégica para o território desta infraestrutura. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Por isso, acho que devíamos incluir como prioridade no quadro 2014-2020, objetivamente se houver interessados, se houver algum particular com capacidade financeira para suportar esta infraestrutura. -----

Dizer ainda, que pedi reunião com o General Comandante da Brigada de Reação Rápida para na sequência dessa reunião também falar com o Chefe de Estado-maior do Exército sobre esta temática, uma vez que devemos também envolver as pessoas que estão no próprio território e nas decisões que lhe dizem respeito.” -----

Para intervir neste ponto inscreveu-se os Senhores Deputados. -----

= Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira: “Começo por felicitar as palavras do Senhor Presidente da Câmara, permitindo lembrar que desde sempre, há muito anos e eu participando sempre como independente nas listas do PSD, mais os membros que comigo têm participado, sempre defenderam esta posição, portanto, não podia de deixar de focar este assunto. -----

Também neste ponto, o Senhor Presidente falou fundamentalmente sobre o caso da ex BA3, mas no documento que nos foi entregue fala também da requalificação da estrada da Roda. -----

Agora, permita-me fazer um pouco de história. Em Abril de mil novecentos e noventa e oito, há dezasseis anos, o Senhor Presidente da Câmara de Vila Nova da Barquinha, Miguel Pombeiro, na sua informação escrita dizia «...foi adjudicado o estudo de viabilidade técnica e económica da abertura ao tráfego civil da pista, contemplando as seguintes tarefas, delimitação da área de influência, caracterização e previsão socioeconómica da zona de influência, cenários de previsão do tráfego civil, análise das condições das infraestruturas, etc...». Em relação à requalificação da estrada da Roda, que não é uma estrada rural, é uma estrada municipal, o Senhor Presidente da Câmara também em mil novecentos e noventa e oito dizia nesta Assembleia o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

seguinte: «...já está feito o projeto de execução e vai constar no PIDAC de noventa e nove. Dezasseis anos passados, verifiquem a situação. Eu, gostaria muito que isso se concretizasse.» -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** informou o Senhor Deputado que o PIDAC é do Governo Central não é nosso. -----

= **Intervenção da Senhora Deputada Paula Duarte:** “ Em relação ao que foi dito pelo Senhor Presidente da Câmara nós também ficamos com as mesmas reservas, ou seja, nós gostaríamos que ficasse aqui registado o seguinte, estamos a discutir o tornar prioritário este projeto que é uma primeira fase para depois todo o prosseguimento do processo. Nós estamos a falar sobre um relatório que foi feito a nível nacional e que estudou a implementação de estruturas de valor acrescentado em quatro sectores, marítimo, ferroviário, rodoviário e aeroportuário. Com muita pena nossa, o nosso concelho no sector rodoviário não foi contemplado, e achamos que a título de prejuízo, uma ponte nova que fizesse suprimir as necessidades do nosso concelho e concelhos limítrofes, dadas as limitações atuais da Ponte da Praia e também o estrangulamento da ponte da Chamusca. No sector aeroportuário não foi relevado qualquer investimento e como tal resolveu o executivo tomar uma posição, nomeadamente com infraestruturas já existentes com a ex-BA3, infraestrutura com história e relevo significativa. -----

Todos os argumentos aqui apresentados que defendem tornar este projeto como prioritário tem o seu peso e sua relevância. Contudo, as nossas reservas são se neste momento atual de conjuntura económica, é prioritário voltar os nosso esforços e concentrar os fundos no aeroporto civil e de mercadoria, que como o Senhor Presidente falou, poderá eventualmente tornar-se num aeródromo fantasma de Beja. Não seria mais racional conjugar os esforços no sentido rodoviário,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nomeadamente lutando por uma nova ponte? É necessário conjugar este projeto, que há uns anos atrás seria aceite de uma forma pacífica e com bastante otimismo, com o estado económico atual, porque toda a política do Governo Central neste momento é de um profundo desinvestimento no interior e encerramento de infraestruturas ao nível básico que seria um suporte para um projeto desta envergadura. Questiono se há neste momento estudos que apontam o retorno do investimento, quais os custos de manutenção associados, estudos de impacto ambiental, se estes vêm à posterior. Nós temos de racionalizar o dinheiro e as prioridades e a nossa ressalva é simplesmente essa, será que neste momento económico, é uma prioridade? Contudo, se este é o primeiro passo a tomar para que o mesmo se desenvolva pelos trâmites necessários, sendo o nosso lema o de manter a esperança viva da retoma, há que dar um voto de confiança a projetos de investimento no concelho. Daí o nosso voto, mas deixamos registado as nossas preocupações.” -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu o seguinte:

“Eu, pessoalmente estou completamente de acordo com a Deputada Paula Duarte, o problema é que o investimento só está previsto para o litoral e se não dizemos qualquer coisa esquece-se.” -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal leu a proposta do Partido Socialista. (vide anexo 6) -----

Posta a votação a sua admissibilidade, foi aprovada por unanimidade. –

Tendo sido colocada à votação as infra estruturas de elevado valor acrescentado – sector aeroportuário – ex-BA3, em Tancos, esta foi aprovada por unanimidade com 19 votos a favor, dos Senhores Deputados Paula Duarte e David Antunes da CDU, Eduardo de Oliveira, Nuno Gomes e Anabela Queiroz do PPD/PSD, Manuel de Oliveira do CDS e Rui Monteiro Picciochi, João Alves Gralha, Paulo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Constantino, José Chambel, José Pereira de Sousa, César Barros Cardigos, Inocêncio Cruz, Manuel Cardoso, Vitorino Monteiro, Benjamim Reis, João Fernando Machado, Miguel Homem e Manuel Honório do PS. -----

-----Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

-----Ponto seis – Relatório de monitorização das ARU (área de reabilitação urbana) da Barquinha e Tancos. -----

Foi concedida a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o seguinte ponto: -----

“O que se propõe é a aprovação do relatório de monitorização. No cumprimento estes relatórios das ARU, do qual já foram identificadas, aprovadas em anteriores assembleias municipais. O que se propõem à Assembleia no cumprimento do disposto do número um, do artigo vinte-A, da Lei trinta e dois de dois mil e doze de catorze de Agosto, é que aprove o relatório de monitorização”. -----

Para intervir neste ponto inscreveu-se os Senhores Deputados. -----

= Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira: “É que tentei encontrar este número um do artigo vinte-A, da Lei trinta e dois de dois mil e doze de catorze de Agosto e não encontrei. Gostava que me ajudasse.” -----

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara esclareceu o seguinte: “Também não sei, como vê a informação é dos Serviços técnicos, o que têm a ver é que estes relatórios de monitorização têm que ser feitos sob pena de deixarmos cair as respetivas áreas urbanas, ou seja pode haver um erro de escrita, em termos técnicos.” -----

Tendo sido colocada à votação o Relatório de monitorização das ARU (área de reabilitação urbana) da Barquinha e Tancos, este foi aprovada por unanimidade com 19 votos a favor, dos Senhores

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deputados Paula Duarte e David Antunes da CDU, Eduardo de Oliveira, Nuno Gomes e Anabela Queiroz do PPD/PSD, Manuel de Oliveira do CDS e Rui Monteiro Picciochi, João Alves Gralha, Paulo Constantino, José Chambel, José Pereira de Sousa, César Barros Cardigos, Inocêncio Cruz, Manuel Cardoso, Vitorino Monteiro, Benjamim Reis, João Fernando Machado, Miguel Homem e Manuel Honório do PS. -----

-----Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

----Ponto sete – Delimitação da área de reabilitação urbana de Moita do Norte. -----

Foi concedida a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o seguinte ponto: -----

“Vamos começar um processo, pois estando feita a área de reabilitação urbana, delimitada e aprovada de Tancos e Vila Nova da Barquinha, entenderam os serviços municipais começarem a desencadear o processo para definir uma área de reabilitação urbana na Moita do Norte, nomeadamente na zona central que se encontra extremamente degradada. -----

Houve uma entrega do projeto nomeadamente dos técnicos, essencialmente da Arquitecta Teresa Gil, que teve o cuidado de caso a caso verificar in loco o estado de conservação de cada edifício. Entendeu-se propor a limitação que consta em anexo, essa limitação foi duas vezes a reunião de Câmara sendo numa segunda reunião de Câmara, também abrangida a antiga serração que não estava contemplada na área de reabilitação urbana. É esta área que proponho que seja limitada para seguir com o processo e para depois para partir para a Atalaia e Praia do Ribatejo.” -----

Para intervir neste ponto inscreveu-se os Senhores Deputados. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= **Intervenção do Senhor Deputado David Antunes:** “Felicito o relatório que nos foi entregue, pois a parte inicial nota-se que houve um estudo muito bem feito. A área central da Moita do Norte encontra-se num estado degradado, com pouca gente, muitos idosos, tal como já foi referido na área da Barquinha e Tancos. Nós achamos que as infraestruturas modernas e adequadas e reabilitadas vão ajudar à fixação das pessoas e jovens, isto claro se tivermos os acessos, o saneamento, os transportes e o emprego. Também acho que apesar de ser uma oportunidade de investimento onde é feito o aprofundamento dos problemas devidamente enquadrado com toda a realidade. Também acho que o esforço por parte da Câmara Municipal é superior, aquele que depois vai ser demonstrado pelos privados. Porque grande maioria não tem possibilidades para reabilitar as suas coisas.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira:** “Quero dizer que também vou aprovar este documento, mas devo dizer que tenho poucas esperanças neste documento. -----

Ao longo dos anos a Moita foi sempre abandonada e foi o arranjo do espaço público que levou a esse abandono. Recordo, há cerca de catorze, quinze anos tentou-se realizar algumas obras, tal como foi feito noutras freguesias e o que se verificou é que os trabalhos feitos em Moita do Norte foram todos de fraca qualidade, quer nos trabalhos executados, quer até nos materiais utilizados, nomeadamente no arranjo das estradas. Este documento é interessante, apesar de ter algumas falhas. Em mil novecentos e quarenta já havia uma escola mista, muitos anos antes já havia esta escola, construída com tive oportunidade de dizer, pela própria população. Uma das razões para tudo isto, era o problema de falta de segurança. -----

Todos nesta assembleia se lembram das minhas intervenções e a resposta sempre dada pelo executivo é que não havia qualquer

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

insegurança. -----

A comissão Municipal de segurança nem necessitava de reunir, nem cumpria o que estava na lei que era reunir de três em três meses. -----

A Moita para muitos era considerada como um subúrbio do pior. Há alguns anos atrás, fizeram-se umas obras no chamado Cardal norte, com a reparação das estradas, e ficaram os passeios como se podem ver, tive a oportunidade de lamentar mais um trabalho sem qualquer qualidade, será que este executivo e os futuros executivos quando pensarem em algum trabalho no espaço público de Moita do Norte irão ter em atenção esses trabalhos? Tenho dúvidas. Em relação à delimitação percebi isto mas julgo que há alguns pedaços que não são incluídos ou deixaram de ser incluídos por alguma razão. -----

A limitação não segue uma ordem, nalguns lados segue uma estrada noutras corta. Vimos aqui em baixo na zona que vai para a escola nova, faz um bico quando poderia seguir pela estrada, tudo isto são pormenores, mas isto é fundamentalmente para limitar uma zona porque agora há um trabalho que é necessário ser feito e como sabem os planos da área de reabilitação urbana tem um prazo máximo de quinze anos, daqui a quinze anos, se formos vivos veremos. Vai merecer a minha aprovação e daqui a quinze anos veremos.” -----

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara esclareceu: “Esta limitação e aprovação têm benefícios fiscais para os próprios proprietários. É uma vantagem que têm e acho que não devem ser penalizados, já basta as taxas de IMI que são cobradas a determinados edifícios, quanto mais quando estão degradados e não têm utilidade económica. A limitação foi um trabalho feito pelos técnicos e aquilo que me deu a perceber da análise do respetivo mapeamento foram seguidas as linhas do cadastro. À exceção das ruas que sobrepõem as linhas do cadastro.” -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----//----
O Senhor Deputado Eduardo de Oliveira solicitou a palavra ao Senhor Presidente da Assembleia para permitir que o colega de Bancada, o Senhor Deputado Nuno Gomes, para que intervenha sobre o Ponto três. -----

-----//----
Tendo sido colocada à votação a Delimitação da área de reabilitação urbana de Moita do Norte, esta foi aprovada por unanimidade com 19 votos a favor, dos Senhores Deputados Paula Duarte e David Antunes da CDU, Eduardo de Oliveira, Nuno Gomes e Anabela Queiroz do PPD/PSD, Manuel de Oliveira do CDS e Rui Monteiro Picciochi, João Alves Gralha, Paulo Constantino, José Chambel, José Pereira de Sousa, César Barros Cardigos, Inocêncio Cruz, Manuel Cardoso, Vitorino Monteiro, Benjamim Reis, João Fernando Machado, Miguel Homem e Manuel Honório do PS. -----
Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

-----//----
Dada a Palavra ao Senhor Deputado Nuno Gomes expôs o seguinte:
“Em relação ao ponto três da ordem de trabalhos, nós não fizemos qualquer votação, porque o que diz a deliberação que veio à sessão da Assembleia Municipal é que o júri de recrutamento é designado por deliberação da Assembleia Municipal.” -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** referiu que na última sessão deliberou-se a constituição do júri e levantou-se o problema da quantidade, mas no entanto já estava mencionando os nomes dos membros que compõe o júri.-----

= **Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes** – “Se foi deliberado em reunião de Câmara para vir à sessão da Assembleia Municipal para

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

deliberar não sei se não temos de deliberar agora.” -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** agradeceu a intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes e colocou à votação o ponto número três da Ordem de Trabalhos. -----

Tendo sido colocada à votação a Informação sobre procedimento concursal para recrutamento de cargos dirigentes, esta foi aprovada por unanimidade com 19 votos a favor, dos Senhores Deputados Paula Duarte e David Antunes da CDU, Eduardo de Oliveira, Nuno Gomes e Anabela Queiroz do PPD/PSD, Manuel de Oliveira do CDS e Rui Monteiro Picciochi, João Alves Gralha, Paulo Constantino, José Chambel, José Pereira de Sousa, César Barros Cardigos, Inocêncio Cruz, Manuel Cardoso, Vitorino Monteiro, Benjamim Reis, João Fernando Machado, Miguel Homem e Manuel Honório do PS. -----

-----Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

Terminada a Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada esta sessão ordinária desejando a todos os presentes um bom Fim-de-semana e para constar se lavrou a presente ata que depois de aprovada, vai ser assinada pelos senhores Presidente da Assembleia Municipal e Secretários: -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal

(Rui Monteiro Picciochi)

O Senhor Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia

(João Manuel Alves Gralha)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Senhor Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal

(Inocência Rodrigues Cruz)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1	Lista de Expediente
Anexo 2	Declaração Política da CDU, lida pelo Senhor Deputado David Antunes, cujo tema “Trapaceiros”
Anexo 3	Intervenção Política da CDU, lida pela Senhora Deputada Paula Duarte, sobre o horário de trabalho na função pública
Anexo 4	Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara
Anexo 5	Proposta do Partido Socialista sobre o ponto quatro da Ordem de trabalhos – Infraestruturas de elevado valor acrescentado – sector rodoviário – Ponte da Praia do Ribatejo
Anexo 6	Proposta do Partido Socialista sobre o ponto cinco da Ordem de trabalhos – Infraestruturas de elevado valor acrescentado – sector aeroportuário – ex-BA3 em Tancos